



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Eixo relações étnicos-raciais, povos indígenas, população negra, comunidades tradicionais e políticas sociais)

Racismo na política: uma análise do governo Bolsonaro e suas implicações na juventude brasileira.

Fabíola da Silva Pereira ¹
Ariane Andrade da Silva ²
Mariana Lima dos Santos³
Terçália Suassuna Vaz Lira⁴

Resumo: Esse artigo trata-se de um estudo bibliográfico e documental, que tem como finalidade discutir o racismo, elemento este de caráter estrutural, dada a formação social do Brasil, o qual foi consolidado sob a escravização. Buscamos compreender como o racismo, presente na realidade brasileira, foi recrudescido durante o governo Bolsonaro. Para isso, buscou-se analisar os seus discursos políticos e suas ações de governo, a fim de analisar como esses fatores impactaram a população negra infantojuvenil. Concluímos, que esse governo, condizente com a ideologia ultraneoliberal e ultraconservadora, atuou sob uma política de morte perante os jovens negros e periféricos do Brasil.

Palavras-chave: Racismo; Bolsonaro; infantojuvenil.

Abstract: This article is a bibliographic and documentary study, which aims to discuss racism, an element of a structural nature, given the social formation of Brazil, which was consolidated under enslavement. We seek to understand how racism, present in the Brazilian reality, was intensified during the Bolsonaro government. To this end, we sought to analyze their political discourses and their government actions, in order to analyze how these factors impacted the black child and adolescent population. We conclude that this government, consistent with the ultra-neoliberal and ultra-conservative ideology, acted under a policy of death towards the young black and peripheral people of Brazil.

Keywords: Racism; Bolsonaro; Children's and Adolescents.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo trata-se de um estudo bibliográfico e documental, parte dos resultados de uma pesquisa de iniciação científica em curso. Tem como objetivo principal compreender a questão racial e como essa se manifestou durante o governo Bolsonaro, nos discursos e ações governamentais e suas implicações para a juventude brasileira, com ênfase nos

¹ Estudante, Universidade Estadual da Paraíba (bolsista), graduanda, fabiola.pereira@aluno.uepb.edu.br.

² Estudante, Universidade Estadual da Paraíba (voluntária), graduanda, ariane.andrade@aluno.uepb.edu.br.

³ Estudante, Universidade Estadual da Paraíba (voluntária), graduanda, mariana.lima.santos@aluno.uepb.edu.br.

⁴ Professora, Universidade Estadual da Paraíba (coordenadora do NUPECIJ), Dra. em Serviço Social, tercalialira@servidor.uepb.edu.br.



pretos e pobres do país. Para isso, sentiu-se a necessidade de abordar os traços coloniais sobre os quais o Brasil foi constituído, diante principalmente da mão-de-obra escravizada, modelo de trabalho que perdurou ativamente por mais de 300 anos e que deixou uma herança de desigualdades que tende a se perpetuar na sociedade brasileira até os dias atuais que tem como base o racismo, elemento esse, que perpassa todas as dimensões da vida social no país, se fazendo presente também na política, dimensão a qual nos propusemos a analisar.

Mediante a isso, para compreender como a política nacional se manteve durante o decorrer dos anos inserida nas questões raciais, inicialmente, abordamos o governo Vargas, a fim de compreender como a população negra era tratada nesse período, para isso, analisamos uma das suas principais estratégias de governo: o mito da democracia racial. Além disso, tomando como foco central de análise, buscou-se discutir os discursos políticos e as ações de governo realizadas por Bolsonaro, fazendo uma analogia aos conceitos de biopolítica e necropolítica, para assim compreender como esse atuou frente a questões raciais e conseqüente como afetou o público infantojuvenil brasileiro.

As problemáticas discutidas ao longo deste artigo, são frutos de pesquisas realizadas pelas integrantes do Núcleo de Pesquisa e Extensão Comunitária Infanto-Juvenil (NUPECIJ) da Universidade Estadual da Paraíba. Além de que, este estudo tem como perspectiva teórico-metodológica, o materialismo histórico-dialético, levando em consideração, que para discutir a temática referida foi necessário abordar os fatores históricos e sociais presente na sociedade brasileira, em uma perspectiva de totalidade, a qual foi estruturada com base eminente na discriminação racial.

2 RACISMO: COMPONENTE ESTRUTURAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA.

É de conhecimento geral que o Brasil é um país cujas dimensões sociais, econômicas e políticas foram constituídas com base na escravização da população negra, advinda por meio de sequestros do continente africano. Esse modelo de produção perdurou por mais de 300 anos, promovendo discriminações, opressões e violências contra a população negra, consolidando assim o racismo estrutural na sociedade brasileira. Segundo Silvio de Almeida (2019), o racismo não é uma patologia social, além de que, não se detém apenas a comportamentos individuais, esse fenômeno é fruto de uma sociedade onde a discriminação e o preconceito racial são uma regra demarcada por uma tradição que acompanha o país desde a sua formação e, que se reproduz nas ações cotidianas, as quais se refletem nas relações sociais, econômicas e políticas.

O racismo possui diversas vertentes e variações, estando assim situado em todas as camadas da sociedade brasileira, dentre elas, como já foi mencionado, no âmbito da



política. Desde o início do processo de colonização do Brasil, as relações de poder estabelecidas entre os colonizadores, nativos e escravizados, foram pautadas na soberania branca na qual a população indígena e africana, por serem considerados seres inferiores, estavam estes submetidos aos ideais estabelecidos pelos portugueses.

Ao decorrer dos anos, especificamente após a abolição da escravatura em 1888, a política nacional voltada para essa população, continuou sob uma conotação nitidamente racista, considerando que os séculos XIX e XX foram marcados por uma forte política migratória de mão-de-obra europeia, sendo esta financiada pelo Estado para compor o novo modelo de produção capitalista, a qual constituiu de fato uma tentativa de branquear a sociedade brasileira. Considerando que, nesse momento

As teorias raciais e eugênicas ocuparam um lugar importante no debate do início do século XX na sociedade brasileira. A ideia de limpeza racial fazia parte das estratégias de biopolítica utilizadas pelo Estado brasileiro. É importante ressaltar que essa visão de mundo era legitimada por uma biociência que preconizava uma hierarquia racial pautada no modelo das ciências da natureza e no aparecimento do biopoder (SOUZA,2022, p.255).

Além disso, a libertação desses escravizados ocorreu sem nenhum projeto de reintegração social, fora que os mesmos foram excluídos do novo modelo de trabalho assalariado que estava se formando. Percebe-se portanto, que a questão racial no Brasil foi tratada desde sua genese com base na exclusão das diferenças biológicas, políticas, econômicas e sociais, existentes entre negros e brancos, além de que a originalidade dessas diferenças foram ao longo do tempo sendo incorporadas em uma unica matriz, sendo está hibrida e sincretica, denominada de “democracia racial” (GUIMARÃES,2001, p.122).

A ideia de que existe uma democracia racial no Brasil é um mito que foi fortalecido durante o Estado Novo (1937-1945) e a Segunda República (1945-1964). Esse conceito, o qual foi defendido por líderes políticos e intelectuais renomados, de que não existe racismo no país, ganha um significado quando a nação cria para si um “povo”, uma tradição e uma nova origem. Nesse momento, defende-se a ideia de que não existem raças humanas com diferenças civilizatórias próprias, porém, existem culturas distintas. Frente a isso, entendia-se que a sociedade brasileira é fruto da miscigenação entre brancos, negros e indígenas e que, essa mistura etnica poderia absorver os costumes, as tradições e demonstrações culturais de diferentes povos, no entanto, aqueles que não fossem compatíveis com a modernidade seriam eliminados, sendo estes geralmente de origem indígena e africana (GUIMARÃES,2001, p.123).

Essa ideia estava posta em consonância ao projeto trabalhista elaborado pelo governo Vargas, considerando que aqui buscou-se criar um modelo de “raça brasileira”, contida de força, progresso e grandeza, sendo essas, características necessárias e



favoráveis para o trabalho. Além de que, o debate girava em torno da igualdade, harmonia, patriotismo e homogeneidade entre o povo, estando todos em prol ao desenvolvimento da nação, crentes de que a partir da criação dessa nova identidade cultural, o Estado estaria assim eliminando os conflitos sociais entre as raças. Vale salientar, que o projeto trabalhista do governo Vargas, buscava desmanchar a imagem do negro, associada ao trabalho manual e a marginalização, essa imagem por não coincidir com o interesses do Estado, buscou-se a unificação, descaracterizando assim as singularidades e as necessidades de cada raça e grupo social (SOUZA,2022).

Na década de 1930, com o fim da imigração europeia, um grande contingente populacional de pessoas negras e miscigenadas migraram para o sul e sudeste do país. Nesse período a elite brasileira, a qual já tinha uma forte preocupação acerca da divisão cultural no país, também receava as características da massa populacional, sendo esta ainda com traços africanos eminentemente presentes. Diante disso, nesse período, autoridades e intelectuais da época, como cientistas, artistas e políticos, nesse caso, o então presidente Getúlio Vargas, tomam o mito da democracia racial como “solução” para a problemática da questão racial no Brasil (GUIMARÃES,2001, p.124-125).

Essa “solução” não tinha o objetivo de extinguir as desigualdades existentes entre os brancos e negros do país. Vale salientar que, mesmo que na dimensão cultural e ideológica tenha ocorrido uma singela contensão no preconceito e na discriminação destinada aos negros do país, possibilitando assim a criação de um cenário de igualdade perante os negros e mestiços. No entanto, os conflitos sociais estavam evidentes na sociedade brasileira, sendo estes frutos da alarmante desigualdade social agravada pela crise dos anos 80, a qual ficou conhecida como a década perdida. Essa crise põe fim ao mito da harmonia e igualdade pregada pela democracia racial, considerando os debates levantados neste momento, tais como: movimentos separatistas, busca por dupla nacionalidade, reivindicações étnicas e entre outros. Dentre tudo, essa conjuntura escancarou as diferenças existentes entre os povos (GUIMARÃES,2001, p.125).

É factual que o racismo estrutural se faz presente no decorrer da história brasileira, e consequentemente da história de sua política, sendo este expressado com maior ou menor intensidade dependendo das ideologias defendidas pelo governo em vigência. Com base no que já foi abordado, adiante nos ateremos a discutir como o racismo é algo que está intrínseco no Estado e nas decisões políticas e como, consequentemente, este afeta a juventude brasileira.

3 BIOPOLÍTICA E NECROPOLÍTICA: ELEMENTOS PRESENTES NOS DISCURSOS DE GOVERNO.



Antes de mais nada, é importante destacar do que se trata os conceitos de biopolítica e necropolítica, ambos, respectivamente, criados por Michel Foucault e Achille Mbembe. É impossível esclarecer em poucas palavras o conceito de biopolítica e toda a sua abrangência teórica e filosófica, no entanto, de maneira sucinta podemos apontar que esse conceito “está relacionado ao movimento de controle do poder sobre a bios, isto é, a vida biológica, o dado orgânico, no entanto, a compreensão deste dado só é possível por meio do social, ou seja, ele não existe dissociado de uma produção narrativa” (TOMMASELLI, 2020, p.184). Diante disso, podemos compreender que tanto a biopolítica quanto o biopoder simbolizam as questões de controle e domínio sobre o outro, mediante o uso do poder e da soberania. Como exemplo disso, pode-se destacar a colonização da América, sendo essa, segundo Mbembe, uma das primeiras experiências de instauração da biopolítica (MBEMBE, 2016, P.130 apud TOMMASELLI, 2020, p.184).

Já em relação ao conceito de necropolítica, tal como o anterior, esse abarca toda uma grande conjuntura de ideias complexas. Vale salientar, que esse conceito foi criado a partir de uma crítica realizada pelo filósofo camaronês Mbembe ao conceito de biopolítica pertencente a Foucault. Almeida (2021), situa em um de seus escritos que para o filósofo Mbembe o conceito de biopolítica é insuficiente, pois, este não abarca todo o processo de ascensão do neoliberalismo e conseqüentemente todas as extensões que esse condicionou, tal como as transformações e as variações extensionais do racismo.

Nessa análise, disposta na obra *Necropolítica*, publicada em 2003, Mbembe para dar sustentação a sua crítica, se debruça sobre o exercício da soberania, o qual está centralizado diante o processo de colonização e do apartheid, experiências essas que não podem se resumir apenas a um adendo de manutenções entre a morte e a vida, considerando que, o poder é soberano, além de tudo, se manifesta através de mecanismos de produção da morte, como a guerra e a própria necropolítica. No entanto, a necropolítica descrita por Mbembe, não está relacionada a um exercício de soberania que se atém apenas a eventualidades específicas como posto nas experiências de colonização e do apartheid (ALMEIDA, 2021).

Tommaselli (2020), dispõe que a soberania moderna está centrada no direito de matar do soberano, o qual é autorizado a matar dada as circunstâncias relacionadas a cultura, tradição e costumes regionais. Frente a isso, o autor considera que a política é um trabalho da morte, sendo essa, uma simplificação da necropolítica. Em linhas gerais, “a necropolítica é a organização e a execução da política que visa à morte, e não da política que potencializa a vida” (TOMMASELLI, 2020, p.187). É válido ressaltar, que a política que estimula a vida, é aquela onde os projetos são direcionados para a construção de escolas, bibliotecas, creches, hospitais e dentre outros. Já a política que potencializa a morte, é



aquela responsável por estimular o armamento, as guerras, a violência e a punição (TOMMASELLI, 2020).

Diante disso, dada a análise da conjuntura atual referente aos últimos anos da política brasileira, especificamente o período após o golpe de Estado de 2016 até meados do final de 2022, momento que demarca a ascensão da extrema direita, tanto na política, quanto no âmbito social do Brasil, dado o fortalecimento dos seus ideais, das suas condutas repressoras e racistas e, conseqüentemente, a disseminação destes na sociedade brasileira, temos um cenário em que há uma vinculação do racismo estrutural com a necropolítica implantada. Adiante, será disposto o quanto o racismo, elemento esse já existente, passa a ser algo escancarado na política e em todas as dimensões do território nacional.

O governo Bolsonaro, como tantos outros que já passaram pela presidência do Brasil, teve em seu mandato fortes características de um governo racista. Associado aos ideais conservadores e de extrema direita, Jair Messias Bolsonaro realizou ações em seu governo que pactuaram fielmente com o que Achille Mbembe chama de necropolítica. Esse conceito se aplica a vários momentos desse governo, cabendo aqui destacar o período da pandemia da covid-19, vírus esse que atingiu todo o mundo e de forma massiva as camadas mais pobres da sociedade, aqueles que não tinham as condições necessárias para se proteger contra a doença, e que no Brasil estavam a mercê de um governante que não buscava projete-los dessa ameaça.

Quando visto do ponto de vista nacional, segundo dados do Ministério da Saúde, publicados em 2020, os pretos e pardos representaram 57% das mortes por decorrência da covid-19, enquanto a população branca representou 41% das vítimas, além de que, quanto a chance de um negro morrer por decorrência do coronavírus foi de 38% maior do que a de um branco. Diante disso, inúmeros são os fatores que refletem esses números, posto que a população negra no Brasil, ocupa as piores moradias, as quais em muitos dos casos não possuem sequer saneamento básico, além disso, essa parte da sociedade está concentrada nos trabalhos informais, o que conseqüentemente os deixaram mais vulneráveis ao vírus, sem contar que o atendimento dessas pessoas se resumiam, em sua grande maioria, a locais de pronto atendimento ou hospitais periféricos, que nesse momento estavam colapsados (CNN BRASIL, 2020). Associa-se ao cenário de morte, o já conhecido e exarcebado número de óbitos de pretos nas comunidades pobres do país, fruto da tão questionada letalidade policial brasileira, que vitimiza em números exorbitantes, homens, negros e moradores da periferia em intervenções policiais, mostrando que a letalidade policial no Brasil tem gênero, classe e raça.

Em consonância a isso, esses dados, em suma, refletem a desigualdade social brasileira, que ficou mais escancarada com os conflitos sociais impostos pela pandemia da



covid-19. Vale pontuar, que esses conflitos foram agravados com veemência pela campanha publicitária, criada pelo governo Bolsonaro em 2020, cuja denominação era “O Brasil não pode parar”. Essa campanha, era o oposto de tudo aquilo que era recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), medidas que tinham como principal objetivo cessar os milhares de casos da doença que se alastrava cada vez mais, principalmente, a medida de isolamento social, imprescindível no quesito de combate ao vírus, considerando que a doença era transmitida pelo contato. No entanto, o então presidente, investia em uma campanha que, sobretudo, enfatizava a necessidade de manter o desenvolvimento econômico e social do país, e que para isso, era incentivado que trabalhadores (as) dessem continuidade às suas rotinas de trabalho, mesmo que nesse momento a saúde pública estivesse em uma crise sanitária (SANCHES, MOISÉS E SOUZA, 2020).

A partir da análise do vídeo, o qual serviu como base de divulgação para a campanha, percebe-se que a peça publicitária apresenta um nítido teor racista, que aflora o racismo estrutural presente na sociedade brasileira, sendo este fortemente manifestado no governo Bolsonaro (ALMEIDA, 2019 apud SANCHES, MOISÉS E SOUZA, 2020). Considerando que, ao analisar o contexto audiovisual da peça, é perceptível que mesmo que profissões especializadas sejam mencionadas, as imagens dispostas mostram hegemonicamente trabalhadores (as) informais, percebe-se então que a campanha possui estrategicamente um direcionamento, posto que, essa parte da classe trabalhadora concentra-se na população preta brasileira (SANCHES, MOISÉS E SOUZA, 2020).

Ao considerar as particularidades da formação da classe trabalhadora brasileira, sendo esta de passado escravocrata, a qual deixou heranças de uma nítida fragmentação econômica e social, e que atualmente tornou-se uma classe claramente marcada por recortes de raça e de gênero, os quais tendem a especificar os lugares de cada um na sociedade e nos postos de trabalho. Posto que, a população negra mantém-se no Brasil na parte socialmente vulnerável, sendo esta a que ocupa os trabalhos mais precarizados (SANCHES, MOISÉS E SOUZA, 2020). Em suma, o Brasil possui uma classe trabalhadora racializada ao considerar que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os pretos compõem 55,8% da população brasileira, destes, 54,9% representam a força de trabalho do país, enquanto 64,2% estão desempregados e 66,1% se encontram em situação de desemprego ou em subocupação (NITAHARA, 2019 apud SANCHES, MOISÉS E SOUZA, 2020). Ao que diz respeito aos jovens, negros e de periferia, estes estão concentrados no trabalho informal e precarizado, muitos deles atuam através de aplicativos digitais, os quais não fornecem direitos trabalhistas e nenhuma proteção ao trabalhador. Segundo uma pesquisa realizada pela Aliança Bike, em 2019, 71% dos entregadores que fazem uso de bicicletas para realizar as entregas, são jovens negros de até vinte e sete anos (GUEDES et al, 2022).



Frente a isso, quando se trata de um cenário de crise sanitária, as pessoas que mais sofrem com os efeitos desta, em suma, é a população negra e periférica, pois, esta se encontra em sua grande maioria na informalidade e conseqüentemente estão mais vulneráveis à doença. Neste momento, dadas as circunstâncias, é esperado que o poder estatal idealize ações de proteção a essa população, no entanto, o que foi posto nesse período, foi um incentivo à exposição desse povo, o que acarretou diretamente na morte de centenas de pessoas negras, como foi apontado acima. Diante disso, “O Brasil não pode parar” foi uma campanha racista porque ao convocar a classe trabalhadora, desconsiderou as particularidades da mesma e conseqüentemente negligenciou as conseqüências dessa quebra de isolamento social para as pessoas que já se encontram em vulnerabilidade, demarcando assim com essa campanha, quem deveria ser protegido e quem deveria ser exposto ao vírus (SANCHES, MOISÉS E SOUZA, 2020). É notório que crianças e jovens foram fortemente implicados por tal medida, considerando que o trabalho informal urbano é a atividade econômica que mais absorve crianças, adolescentes e jovens trabalhadores no país, como mostram as estatísticas da nossa história recente.

A atenção de Bolsonaro voltada para a população negra ou para problemáticas como a desigualdade racial foi bastante preocupante, considerando que algumas de suas falas, as quais serão dispostas a seguir, proferidas no decorrer de sua trajetória política, são carregadas pelo forte teor racista, discriminatório e violento. Mediante a isso, é válido pontuar, uma de suas visitas em 2017 ao Clube Hebraico, localizado no Rio de Janeiro, onde o então deputado federal proferiu em seu discurso falas que em seguida foram encaminhadas à Procuradoria-Geral da República (PGR), sob acusação de racismo ao povo quilombola e indígena (TOMMASELLI, 2020).

Nesse evento, ele associa o povo quilombola ao peso da arroba, comparando-os assim a um animal, considerando que a arroba é a medida que representa o peso do gado. Além disso, Bolsonaro afirma que caso ganhasse a presidência em 2018, não haveria demarcação de terra para a população indígena, sob o discurso de que onde havia uma reserva indígena existia abaixo dela uma riqueza, além de que, o mesmo indaga que não destinaria dinheiro para ONGs. Ele não para por aí, nesse mesmo evento prossegue com os ataques, pronunciando que o povo quilombola não faz nada e que não servem nem para procriar. Bolsonaro também realiza outras críticas aos refugiados, incentiva o armamento e profere palavras machistas (VEJA, 2017).

A partir desse evento, já se torna nítido como o ex-presidente tratou a questão racial no Brasil. Assuntos tão importantes como a demarcação das terras indígenas e quilombolas, as quais são de saber público, que sofreram e ainda sofrem constantes ameaças das empresas de mineração de atuam de maneira clandestina e ilegal, dizimando milhares de famílias originárias, dentre elas suas culturas, tradições, crenças e principalmente suas



gerações. O desdém presente em seu discurso em 2018, não serviu apenas para conquistar o eleitorado adepto a tal crueldade, mas, também serviu como incentivo ao genocídio dessa população e o recrudescimento do racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

Inúmeras são as frases racistas e discriminatórias proferidas por Bolsonaro em toda sua trajetória política. Em 2011, ao participar do programa CQC na Band, o político mostrou-se contra as políticas afirmativas, segundo as suas próprias palavras “Quem usa cota, no meu entender, está assinando embaixo que é incompetente. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista. Nem aceitaria ser operado por um médico cotista”. Em outra participação na TV Cultura, ainda em 2011, Jair Bolsonaro nega que há uma dívida histórica do Brasil com a população afrodescendente, ele relata: “Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida” [...] “O negro não é melhor do que eu, e nem eu sou melhor do que o negro.” Além disso, mais recentemente, em 2018, próximo às eleições às quais ele foi eleito à presidência da república, o ex-presidente reitera que as cotas no Brasil são algo “totalmente equivocado”, enfatizando assim o seu repúdio às políticas afirmativas (CARTACAPITAL, 2018).

Discursos racistas são algo frequente na política brasileira de forma geral. Em uma das sessões realizada na Câmara Municipal de São Paulo em maio de 2022, na qual Camilo Cristóforo (AVANTE), atualmente cassado do seu mandato de vereador, estava presente através de uma videoconferência. Durante a reunião, o até então vereador, não percebeu que o seu microfone estava aberto e proferiu a seguinte frase: “não lavar a calçada é coisa de preto, né?” (CORREIO BRAZILIENSE, 2023). Após a fala ser captada por todos os presentes no plenário, a sessão é interrompida por 5 minutos e ao retornar a vereadora Luana Alves (PSOL), uma mulher negra, a qual estava compondo a mesa, afirma que a fala do ex-vereador foi completamente racista. Em seguida, o gabinete da vereadora comunicou que iria entrar com representação na Corregedoria para que Cristóforo fosse investigado (PORTAL G1, 2022).

Diante do que já foi posto, é possível identificar que o racismo é algo que está arraigado à política brasileira, na qual se faz presente em muitos dos discursos políticos e ações de governo, que exalam a discriminação e o preconceito racial advindo, em muitas das vezes, de um grupo misógino, que atuou fortemente sob o modelo de Estado Penal, ultraconservador⁵ e genocida, tal como o governo Bolsonaro. Frente a isso, nos ateremos a discutir como essa conjuntura impactou a vida das crianças e adolescentes negros no Brasil.

⁵ A burguesia no Brasil, assim, para manter-se em sua condição e ao mesmo tempo assegurar a manutenção de sua hegemonia política, sendo incapaz de romper com a heteronomia, consolida o ultraconservadorismo enquanto fenômeno que destaca-se como elemento característico do capitalismo dependente e atravessador da dinâmica da luta de classes, expressando-se como eixo condutor da sociabilidade e da subjetividade da própria burguesia. A desigualdade de classes e a conservação desta condição, neste sentido, não é um dado transitório, é um elemento estruturante da vida social e política (COLOMBO, 2018, p.70).



3.1 Estado Penal e governo Bolsonaro: uma ameaça ao público periférico infantojuvenil

Antes de falar sobre o que é o Estado Penal, é importante situar como se deu a sua existência. Esse modelo surge após a consolidação do Neoliberalismo no Brasil, a qual se dá especificamente na vigência do governo de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1980. Esse momento marca a transição do Estado Social para o Estado Penal, processo que, sobretudo, situa a emergência do capital frente a necessidade de conter a crise, com base na manutenção da lucratividade e na amenização das consequências geradas pela crise (WACQUANT, 2001 apud ANDRADE, LIRA 2022).

É importante salientar, que esse processo ocorre em consonância a criminalização da pobreza, a partir de que busca-se naturalizá-lá, frente ao objetivo de manter as desigualdade sociais dada a funcionalidade do próprio Estado Penal, o qual pauta-se na contenção e repressão da classe subalterna. Em linhas gerais, essa transição marca o momento em que o Estado inicia progressivamente a substituição das políticas sociais, que tecnicamente deveriam agir em prol da amenização dos problemas da sociedade, passando assim a atuar com base na força militarizada, na punição e penalização das expressões da questão social (ANDRADE e LIRA, 2022).

Após 2016, assiste-se um cenário de recrudescimento das medidas neoliberais no Brasil, em uma dimensão de tamanha agudização, que a intelectualidade brasileira buscando melhor caracterizar o atual cenário, em comparação aos períodos anteriores, vem denominando de fase ultraneoliberal⁶. Esse contexto, vem implicando no aumento das medidas que visam reforçar as desigualdades sociais, sobretudo, de classe e raça, cujo contexto, é notório o aumento das manifestações de racismo, principalmente no âmbito da política, na qual suas expressões foram legitimadas tanto nos discursos, quanto na ações de governo.

Nessa conjuntura, a política se materializa como uma política de morte, consolidada sob o exercício do necrocapitalismo, o qual quando não atua matando, adocece a população (GUEDES et al (2022) apud MIRANDA, 2021). Frente a isso, Nascimento (2016) apud

⁶ Entendemos por ultraneoliberalismo essa mais recente forma do neoliberalismo, que não se resume ao Brasil, pois pode ser observada em vários países no mundo. A maioria dos autores do campo crítico, adotando ou não esse termo, concordam que o neoliberalismo sofre uma inflexão que aprofunda seus pressupostos, como consequência da crise financeira de 2008. Apesar de a crise ser centralmente das atividades do setor privado financeiro, e fazer parte de um momento estrutural de crise do capital que se arrasta por décadas, ela foi apresentada, mais uma vez, como uma crise do Estado, que de fato, absorveu os prejuízos do capital por meio de fundo público, com a justificativa de que bancos e instituições financeiras eram “grandes demais para quebrar” o que afetaria o conjunto da sociedade. Dardot e Laval (2019) que utilizam para caracterizar esse momento a expressão “novo neoliberalismo”, afirmam que, apesar dos movimentos de resistência como o Occupy Wall Street nos EUA ou a vitória eleitoral da esquerda na Grécia, o neoliberalismo não só sobreviveu como se radicalizou, porque o neoliberalismo se utiliza das crises econômicas que ele gera para reforçar sua própria lógica, bloqueando os caminhos alternativos (BEHRING; CISLAGHI; SOUZA, 2020, p.106).



Guedes et al (2022) afirma que esse modelo age tomando como base um projeto genocida, o qual se consolida

[...] em todas as suas expressões, simbólico, epistemológico, subjetivo, cultural, social e biológico, como a exclusão engendrada - do mercado de trabalho, das moradias em regiões centrais das cidades, do acesso a equipamentos de cultura e lazer, do ensino médio e superior, das possibilidades de experimentação e vida (GUEDES et al, 2022, p.336).

Ao analisar as estatísticas dispostas durante o período de recrudescimento neoliberal, percebe-se que a violência estatal atuou mediante um forte recorte racial, considerando que o público alvo tendeu-se a se manter na população jovem, negra e periférica. Segundo dados do Anuário de Segurança Pública, referente a letalidade policial, entre os anos de 2020 e 2021, crianças e jovens, na faixa etária de 12 a 24 anos compuseram um número demasiado de mortes por ações de agentes de segurança pública, chegando a marca de 8,7% a faixa etária de 12 a 17 anos, e de 18 a 24 o número de 43,6%, compondo a maior taxa comparada às demais faixas etárias. Ao que diz respeito a raça dessas vítimas, de acordo com o Anuário da Segurança Pública (2019), no ano de 2018, 6.220 pessoas foram mortas pela polícia, dentre as quais 75,9% eram negras e 25,3% das vítimas de intervenção policial fatal eram crianças e adolescentes.

Em relação aos índices de medidas socioeducativas, segundo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em 2020, foram atendidos 46 mil menores de idade em conflito com a lei. Dentre eles, 59% dos adolescentes eram pretos enquanto apenas 22% eram brancos. Dentre os motivos que mais levavam à ampliação da medida de internação, uma pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça- CNJ aponta que o furto e o tráfico de drogas constituíram 75,54% das condutas praticadas pelos adolescentes em conflito com a lei (BRASIL, 2019 apud CNJ, 2023).

Além disso, ao analisar as taxas de crianças e adolescentes destituídos do poder familiar no Brasil, segundo o relatório do CNJ (2022), a destituição do poder familiar, apresentou no cenário decorrido após 2018, uma ascendência muito significativa, visto que, até esse período havia números bem menores, que apresentavam uma certa estabilidade, mas, a partir desta data os números passaram a se elevar, representando os maiores já registrados desde 2005, quando saem de menos de 200 até 2018, para quase 600 entre 2019 e 2020, uma alta triplicada em um período de tempo tão curto.

Essas estatísticas nos fazem refletir acerca da conjuntura a qual se sucedeu o governo Bolsonaro, acerca da letalidade policial é possível enxergar o quanto que o público infantojuvenil esteve sob total desproteção estatal e social, principalmente as crianças e adolescentes negras e de periferia do país, público esse que tende a ser estigmatizado



como possíveis criminosos. Em relação aos dados de medidas socioeducativas e de destituição do poder familiar, percebe-se que o governo atuou em completa conformidade com os interesses ultraneoliberais. Posto que, ao invés do governo fornecer os direitos dessas crianças e as condições necessárias para que os pais tivessem a plena capacidade de cuidar integralmente de seus filhos, o que ocorreu foi a culpabilização dos mesmos frente às suas necessidades básicas, como alimentação, moradia, creche e emprego, direitos constitucionais que o próprio Estado deveria garantir à população e que, no entanto, foi negado, dando continuidade a um ciclo de violação (FERREIRA, 2022).

Além disso, durante o seu mandato, o então presidente enfatizou o seu apoio ao trabalho infantil. Em 2020, durante uma live realizada em suas redes sociais, Jair Bolsonaro profere: "Deixa o moleque trabalhar, poxa. Eu trabalhei, outro dia eu falei que aprendi a dirigir com 12 anos de idade". Ao incentivar o trabalho infantil, o ex-presidente além de estar em contramão com aquilo que é estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ele também negligencia as particularidades raciais, as quais se dão o trabalho de menores no Brasil, considerando que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016), dentre as 2,4 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 a 17 anos, que estão trabalhando no país, 62,2% são adolescentes pretos e pardos (EXAME,2020). Tais falas só vem a reforçar a tão desafiadora cultura de aceitação que promove e legitima a exploração do trabalho infantil, prejudicando a luta histórica de defensores de direitos humanos de crianças e adolescentes que lutam contra essa mazela social que causam danos físicos e sociais a milhares de crianças e adolescentes de nosso país.

Em suma, o governo Bolsonaro atuou com base em uma ideologia conservadora e altamente racista, a qual criminalizou as camadas mais pobres da sociedade, especialmente o público infantojuvenil, destinando a esse dois destinos: o trabalho precoce ou a criminalidade, como vimos anteriormente nos dados de letalidade policial e de medidas socioeducativas (GUEDES et al, 2022).

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Enfim, ao buscarmos analisar o racismo no Brasil, observou-se que esse é um elemento constituinte da sociedade brasileira, dada as suas características coloniais e de formação baseada na mão-de-obra escravizada. Esse processo gerou um racismo de caráter estrutural, fazendo com que o preconceito e a discriminação pautados na cor perpassassem por toda a dimensão social, econômica e política.

Em relação a política brasileira, ao analisar a forma como essa tende a tratar a questão racial, percebeu-se que a população negra sempre teve as suas particulares



culturas, crenças e necessidades inferiorizadas, considerando que as ações de governo em sua grande maioria criam e fazem uso de estratégias que negligenciam essas características, como o mito da democracia racial, o projeto trabalhista de Vargas e a campanha “O Brasil não pode parar” de Bolsonaro.

Percebeu-se também que o racismo vem sendo impulsionado frente a ascensão e o recrudescimento das medidas neoliberais, denominado de ultraneoliberalismo, que usam do Estado Penal para violar os direitos sociais e que a partir disso vulnerabiliza ainda mais a classe trabalhadora, e em especial a população preta.

Buscou-se, portanto, por meio da análise dos discursos e de ações políticas, mostrar que, o governo Bolsonaro, manifestou seu potencial racista, disseminando discursos de ódio contra a população negra e materializando-os em medidas governamentais, e que tais ações afetaram o público infantojuvenil, sobretudo, por meio da disseminação de uma cultura de estímulo a exploração do trabalho infantil, da criminalização da pobreza com seu recorte racial e pela necropolítica, tão bem especificada pelas medidas negativas e desastrosas de combate a pandemia da Covid 19, que vitimizou mais fortemente a população pobre e preta.

Mediante a isso, foi possível concluir que este, atuou compactuando fielmente com a ideologia ultraneoliberal e ultraconservadora, dada a forma como o ex-presidente agiu diante da pandemia da covid-19, o que nos permitiu realizar uma analogia ao conceito de necropolítica, considerando o notório racismo presente nas falas e em todo o governo Bolsonaro.

Em linhas gerais, é factual afirmar que esse governo agiu como uma política de morte para a juventude negra brasileira, percebeu-se também que o seu discurso reacionário-conservador teve como principal objetivo estigmatizar ainda mais a juventude periférica brasileira, reforçar a violência e as violações dos direitos, colocando em pauta uma agenda ultraneoliberal que garante o lucro e o aumento da riqueza da população mais abastada enquanto coloca na conta dos trabalhadores o custo de uma crise que a própria elite econômica criou.

Por fim, chegamos a conclusão de que existe uma extrema necessidade acerca do aumento de representação política negra no parlamento brasileiro, e também nos demais poderes da República, poder executivo e judiciário, constituindo na esfera do poder, pessoas que defendam as pautas contra o racismo e a desigualdade social e que compreendam a realidade e as necessidades da população negra no Brasil. Além de que, é necessário que haja mais debates acerca do racismo e sua enraização na política, como também nos diversos espaços socio ocupacionais e das diversas esferas da vida social, a fim de quebrar esse ciclo de preconceito e discriminação que tanto assola o público infantojuvenil na sociedade brasileira.



Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Necropolítica e neoliberalismo. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021023, 2021.

ANDRADE, P. da S.; LIRA, T. S. V. Neoliberalismo e Criminalização da pobreza no Brasil. *Revista Serviço Social em Perspectiva*. Montes Claros, V. 6, N. 1, Jan/Jun, 2022. Disponível em: NEOLIBERALISMO E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL | Revista Serviço Social em Perspectiva (unimontes.br) Acesso em: 15 de fev. 2024

BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: [35e7c6_8f992804cafa49fe8d87d1af095a9171-libre.pdf \(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\)](https://www.cloudfront.net/d1wqtxts1xzle7/35e7c6_8f992804cafa49fe8d87d1af095a9171-libre.pdf)

Bolsonaro em 25 frases polêmicas. Carta Capital. [S.l.]. 29 de out 2018. Disponível em: [Bolsonaro em 25 frases polêmicas – CartaCapital](#). Acesso em: 19 de fev. 2024.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2022. Disponível em: [05-anuario-2022-letalidade-policial-cai-masmortalidade-de-negros-se-acentua-em-2021.pdf \(forumseguranca.org.br\)](#)

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2020. Disponível em: [4-as-mortes-decorrentes-de-intervencao-policial-no-brasil-em-2020.pdf\(forumseguranca.org.br\)](#) Acesso em: 20 de mai. 2023.

COLOMBO, Luiza Rabelo et al. A frente liberal-ultraconservadora no Brasil—reflexões sobre e para além do “movimento” escola sem partido. 2018.

Conselho Nacional de Justiça. Destituição do poder familiar e adoção de crianças / Conselho Nacional de Justiça. – Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/04/eixo3-primeira-infancia-relatorio-final.pdf>. Acesso em: 05 de abr. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Revista CNJ. Brasília, CNJ, v,7, n.1, jan./jun. 2023. Disponível em: v. 7 n. 1 (2023): Revista CNJ | Revista CNJ. Acesso em: 15 de set. 2023.

DE OLIVEIRA GUEDES, Italo et al. Balanço crítico de um triste tempo pandêmico para a infância e juventude brasileira. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, v. 8, n. 2, p. 325-344, 2022.

DE SOUZA, Pedro Rodrigo. A questão racial no trabalhismo varguista: apontamentos para compreensão da integração do negro no trabalho. **Sociologias Plurais**, v. 9, n. 1, 2022.

FERREIRA, J de M. Criminalização da pobreza e reordenamento institucional: o acolhimento de crianças e adolescentes na conjuntura de desmonte das políticas sociais. Dissertação (Mestre em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, p.136. 2022.



GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo social*, v. 13, p. 121-142, 2001.

PATRIOLINO, Luana. Câmara Municipal de SP cassa mandato de vereador acusado de racismo. *Correio Braziliense*. Brasília. 19 de nov 2023. Disponível em: [Câmara Municipal de SP cassa mandato de vereador acusado de racismo \(correiobraziliense.com.br\)](https://www.correiobraziliense.com.br). Acesso em: 16 de fev. 2024.

REDAÇÃO. Bolsonaro é acusado de racismo por frase em palestra na Hebraica. *VEJA*. [S.l]. 06 de abr de 2017. Disponível em: [Bolsonaro é acusado de racismo por frase em palestra na Hebraica | VEJA \(abril.com.br\)](https://www.abril.com.br). Acesso em: 17 de fev. 2024.

REDAÇÃO. "Deixa a molecada trabalhar", diz Bolsonaro ao defender trabalho infantil. *Exame*. [S.l]. 10 de set 2020. Disponível em: ["Deixa a molecada trabalhar", diz Bolsonaro ao defender trabalho infantil | Exame](https://www.exame.com.br). Acesso em: 16 de fev. 2024.

RODRIGUES, Rodrigo. PATRIARCA, Paola. CPI da Câmara Municipal de SP é interrompida após vereador dizer frase racista no microfone: 'É coisa de preto, né?'. *G1*. São Paulo. 03 de mai 2022. Disponível em: [CPI da Câmara Municipal de SP é interrompida após vereador dizer frase racista no microfone: 'É coisa de preto, né?'; ouça | São Paulo | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com). Acesso em: 17 de fev. 2024.

SANCHES, Julio Cesar; MOISÉS, Raika Julie; DA COSTA SOUZA, Rhayller Peixoto. "O Brasil não pode parar": racismo e desigualdade social na campanha publicitária do governo Bolsonaro. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 9, n. 2, 2020.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. Necropolítica, racismo e governo Bolsonaro. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 4, n. 42, p. 179-199, 2020.

VIÑAS, Diego. DURAN, Pedro. CARVALHO, Júlia. Morrem 40% mais negros que brancos por coronavírus no Brasil. *CNN Brasil*. São Paulo. 05 de jun 2020. Disponível em: [Morrem 40% mais negros que brancos por coronavírus no Brasil | CNN Brasil](https://www.cnnbrasil.com.br). Acesso em: 18 de fev. 2024.